Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

EDITAL 29 (CPOS-AUD/FAENG), DE 12 DE NOVEMBRO DE 2026

O Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PosAU) da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo, e Geografia (FAENG), da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), por meio da Comissão de Seleção constituída pela Portaria nº 80-GAB/FAENG/UFMS, DE 27 DE JULHO 2026, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Edital n. 292/2026-PROPP/UFMS, que tornou pública a abertura de inscrições para processo seletivo de candidatos brasileiros e estrangeiros para preenchimento de vagas no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (PPG) da UFMS para ingresso no primeiro semestre do ano letivo de 2027, torna público o **ESPELHO DE CORREÇÃO DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – PSU 2027/1 – PÓSAU/UFMS**

O espelho apresenta os parâmetros e critérios considerados pela Comissão de Seleção na avaliação das respostas, com o objetivo de conferir transparência ao processo avaliativo e explicitar os aspectos conceituais, teóricos e argumentativos esperados nas questões propostas.

A correção das provas observou os seguintes critérios, conforme estabelecido no barema de avaliação:

Linguagem técnico-científica (peso 0,5)
Respostas adequadas aos conceitos e à bibliografia (peso 0,5)

Ressalta-se que o espelho possui caráter orientador quanto aos elementos considerados na avaliação, não constituindo modelo único ou resposta obrigatória. Foram consideradas a consistência conceitual, a pertinência das referências mobilizadas e a capacidade de articulação crítica dos conteúdos, respeitando-se a autonomia argumentativa dos candidatos.

O espelho de correção encontra-se disponível no anexo I deste edital.

Campo Grande, 12 de novembro de 2026

Julio Cesar Botega do Carmo
Presidente da Comissão de Seleção

ANEXO I

Questão 1 (OBRIGATÓRIA)

As transformações tecnológicas na construção civil têm ampliado as possibilidades de

racionalização dos processos construtivos, redução de desperdícios, melhoria do desempenho das edificações e aumento da produtividade. Nesse contexto, a escolha dos sistemas construtivos, a especificação dos materiais, o controle de execução e a avaliação do desempenho são aspectos fundamentais para garantir a qualidade das edificações ao longo de sua vida útil.
Portanto, a arquitetura e o urbanismo são campos de conhecimento que articulam dimensões técnicas, projetuais, sociais, culturais e ambientais na produção e transformação do espaço construído. As decisões tomadas ao longo do processo de concepção, produção e apropriação dos espaços influenciam sua qualidade, seu desempenho e suas relações com as necessidades dos indivíduos e da coletividade.
Discorra sobre os fatores que condicionam a qualidade da arquitetura e do espaço construído, fundamentando sua argumentação em conceitos teóricos e referências bibliográficas pertinentes, estabelecendo relações entre tecnologia, projeto, execução, desempenho e qualidade do ambiente construído.

Resposta esperada

A qualidade da arquitetura e do espaço construído resulta da articulação de diferentes dimensões que envolvem a concepção, o desenvolvimento, a execução e a apropriação dos espaços. Não se restringe às características formais ou estéticas das edificações, tampouco ao emprego de determinadas tecnologias construtivas. Envolve a capacidade de responder às necessidades humanas, às condições ambientais, aos contextos sociais e culturais e às transformações da sociedade.
No campo do projeto, as decisões arquitetônicas envolvem processos de investigação, interpretação de problemas, formulação de alternativas e escolhas que articulam aspectos funcionais, técnicos, espaciais e simbólicos. Nesse sentido, Lawson, em Como arquitetos e designers pensam (2011), contribui para compreender o projeto como um processo de pensamento e resolução de problemas, no qual a criatividade, o conhecimento técnico e a capacidade de interpretação são fundamentais.
A dimensão tecnológica constitui outro fator importante. A escolha dos materiais, dos sistemas construtivos e das técnicas de execução influencia diretamente o desempenho, a durabilidade, o conforto ambiental, a eficiência energética e a manutenção das edificações. A tecnologia, entretanto, não deve ser compreendida como um fim em si mesma, mas como um conjunto de possibilidades que precisa ser avaliado em função das características do projeto, das condições de produção e das necessidades dos usuários. A qualidade arquitetônica depende da coerência entre as soluções projetuais, os recursos técnicos disponíveis e os resultados esperados.
A compreensão da qualidade do espaço construído também exige considerar sua dimensão histórica e cultural. Montaner, em Depois do movimento moderno (2009), permite compreender as transformações da arquitetura na segunda metade do século XX, evidenciando a diversidade de respostas projetuais e as revisões críticas dos princípios do Movimento Moderno. Essa perspectiva demonstra que a arquitetura não constitui uma prática estática, mas um campo em constante transformação, influenciado por mudanças tecnológicas, sociais, culturais e ambientais.
Na escala urbana, a qualidade do espaço não pode ser avaliada exclusivamente pelas características das edificações individuais. É necessário considerar as relações entre os espaços públicos e privados, as condições de acessibilidade, a infraestrutura, a mobilidade, a distribuição dos equipamentos e as possibilidades de convivência e apropriação coletiva. Lefebvre, em O direito à cidade (2001), contribui para essa discussão ao compreender a cidade como uma produção social e defender o direito dos habitantes à participação na construção e apropriação do espaço urbano. Assim, a qualidade da arquitetura e do urbanismo também está relacionada à sua capacidade de contribuir para cidades mais justas, inclusivas e democráticas.
Outro aspecto relevante diz respeito às dimensões ambientais e sociais da produção do

espaço. A incorporação de princípios de sustentabilidade, a utilização responsável dos recursos naturais, a adequação às condições climáticas e a redução dos impactos ambientais devem estar presentes nas decisões de projeto e construção. Da mesma forma, é necessário considerar as desigualdades de acesso à moradia, à infraestrutura e aos espaços públicos, reconhecendo que a qualidade do ambiente construído não se distribui igualmente entre os diferentes grupos sociais.
Portanto, a qualidade da arquitetura e do espaço construído é resultado de um processo complexo, que envolve a articulação entre concepção projetual, conhecimento técnico, tecnologias, condições de produção, contexto histórico, necessidades dos usuários e relações socioespaciais. Sua avaliação exige uma compreensão integrada dessas dimensões, reconhecendo que as decisões arquitetônicas e urbanísticas produzem consequências que ultrapassam os limites físicos das edificações e interferem diretamente nas condições de vida individual e coletiva.

Questão 2

No século XX, o programa habitacional tornou-se o principal tema para arquitetos de diferentes gerações, com destaque para projetos estruturados no ideário modernista. A escala e a natureza dessa demanda foram ampliadas de forma significativa nos desdobramentos da Revolução Industrial, da migração campo-cidade, da consolidação de uma população operária urbana, da especulação imobiliária, etc.. Os diagnósticos sobre a precariedade material desses proletários são conhecidos, como no clássico texto “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, escrito por Friedrich Engels. Esse panorama começa a ser enfrentado mais amplamente no Primeiro Pós-Guerra, a partir do trabalho de arquitetos de vanguarda, que atuaram em contextos bastante variados, como os Construtivistas na Rússia, os Neoplasticistas na Holanda, a Bauhaus na Alemanha, entre outros, que criaram diversas propostas paradigmáticas. Projetos arquitetônicos elaborados por Vladimir Tatlin, Jacobus Oud, Walter Gropius, etc., tornaram-se alternativas que ilustravam maneiras inovadoras de lidar com esse problema, influenciando a produção de profissionais em diversos países, incluindo o Brasil.

No Brasil, o recorte temporal entre 1930 e 1964 define um primeiro ciclo produtivo de habitação de interesse social. A provisão habitacional para populações de baixa renda torna-se sistemática no nível federal com a ascensão do presidente Getúlio Vargas; já o Golpe Militar em 1964 define uma atuação em outras bases, com a desestruturação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) e a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH). Zein e Bastos (2015, p. 165-166) inferem que o BNH, em grande medida, desconsiderou o idealismo socializante fundamentado em crenças utopistas das vanguardas europeias “em prol de um idealismo tacanho que busca quase exclusivamente atender questões financeiras, de consumo e de mercado - mais palatáveis ao sistema autoritário que se implantava com o golpe (...)”. Bonduki (1998, p. 143) reforça essa impressão: “introduziu-se, no repertório da habitação social brasileira [pós-1964], um suposto racionalismo formal desprovido de conteúdo, consubstanciado em projetos de péssima qualidade, monótonos, repetitivos, desvinculados do contexto urbano (...)”.

Com base na bibliografia indicada, analise as principais contribuições arquitetônicas e urbanísticas dos conjuntos habitacionais de interesse social produzidos no Brasil entre 1930 e 1964, considerando suas relações com as políticas habitacionais e com o processo de produção do espaço urbano. Discuta, ainda, os limites e as contradições dessas experiências no enfrentamento das desigualdades habitacionais.

Resposta esperada

No Brasil, em meados de século XX, com o aumento significativo da densidade populacional das principais cidades, arquitetos e urbanistas fundamentaram suas novas experimentações modernas de forma sistêmica, vinculando, por exemplo, a produção habitacional à infra-estrutura viária. Nos melhores casos, populações que moravam em regiões de concentração fabril tiveram seu direito à moradia associado ao direito à cidade, em especial, no que tange aos deslocamentos territoriais. Ilustram essa questão conjuntos habitacionais construídos próximos de estações de trem, como aquele projetado por Carlos Frederico Ferreira no bairro de Realengo, subúrbio norte do Rio de Janeiro, exemplar que ecoa princípios análogos adotados nas Siedlungen alemães à época da República de Weimar.

Uma inovação programática vinculada à forma sistêmica de projetar são os equipamentos e instituições instalados próximos às habitações, como creches, escolas, postos de saúde, mas também mercados cooperativos e lavanderias coletivas, entre outros complementos. Nesse contexto, tal como afirma Anatole Kopp em seu livro "Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa", o programa habitacional contribui para mensurar a qualidade arquitetônica das intervenções ou, em outras palavras, a boa arquitetura depende da correta formulação do programa de necessidades. Por exemplo, a escola infantil do Conjunto Residencial de Realengo ou a lavanderia coletiva instalada no terraço-jardim do Conjunto Residencial da Gávea, os dois projetados por Affonso Eduardo Reidy, no Rio de Janeiro.

A base fundiária em que se localizavam esses equipamentos se configuravam juridicamente como espaços públicos, de livre acesso para moradores e transeuntes, lugares muitas vezes associados a espaços não-edificados com paisagismo aprazível, testando as teses - e os limites - das ideias de Le Corbusier, tão bem ilustradas, por exemplo, no paradigmático "Precisões de um estado presente da arquitetura e do urbanismo". Sempre que o resultado projetual era virtuoso e a zeladoria pública era adequada, as famílias proletárias beneficiadas ganharam áreas qualificadas de permanência e sociabilidade, inclusive nos finais de semana, como opção de lazer.

As inovações espaciais também contemplavam novos arranjos domésticos, sempre em diálogo com as vanguardas europeias, tal como os projetos realizados por Ernest May em Frankfurt e Bruno Taut em Berlim. Por exemplo, a alteração do significado e localização da cozinha que, nesses conjuntos habitacionais de baixa renda, são considerados o core social da habitação e geograficamente disposta como entrada do apartamento. Ambiente pequeno, mas funcional, nos parâmetros da "existência mínima". Na interpretação desses arquitetos, a vida agitada na metrópole definia que novos modos de vida demandavam novos espaços de morar. Ressalta-se que novas configurações espaciais em áreas construídas diminutas somente funcionavam quando a unidade habitacional era entregue mobiliada, o que nem sempre aconteceu.

A provisão de fato realizada no período, no entanto, esteve sempre muito aquém das demandas materiais domésticas dos trabalhadores, situação que piora entre os proletários que não tinham registro formal e não estavam associados aos IAPs. Portanto, além de insuficiente, muitas vezes, a produção atendia assalariados de rendas medianas, como bancários e industriários, respectivamente, através de IAP-B e IAP-I. A conclusão é que o desenho da política habitacional varguista era tão mais excludente quanto menos recursos a família tinha para custear. É importante mencionar que esse custeio era rentista, ou seja, no geral, as unidades habitacionais produzidas eram alugadas através de programas de locação social, subsidiados. Como comparação, nota-se um arranjo bastante distinto daqueles aplicados em épocas posteriores, a partir da intervenção do BNH, por exemplo, que tinha como fundamento o valor de troca da propriedade, que passava a ser comprada por longos financiamentos. Como contraponto, em conjuntos habitacionais de interesse social associados a programas de locação social, as autoridades públicas são as principais responsáveis - inclusive financeiramente - pela administração e manutenção das demandas condominiais.

Questão 3

A qualidade ambiental das edificações habitacionais resulta da interação entre decisões de projeto arquitetônico, tecnologias construtivas, características climáticas e condições de uso dos espaços. Entretanto, a produção habitacional em larga escala enfrenta o desafio de conciliar racionalização construtiva, atendimento aos requisitos de desempenho, sustentabilidade e adequação às especificidades ambientais e socioculturais dos territórios.
Com base na bibliografia indicada no edital, discuta criticamente como a integração entre projeto arquitetônico, desempenho ambiental e tecnologia construtiva pode contribuir para a qualidade e a resiliência das habitações. Em sua argumentação, analise as relações entre estratégias de adequação climática e eficiência energética, os limites da padronização construtiva diante das exigências de desempenho térmico, lumínico e acústico e o papel dos referenciais técnicos e de sustentabilidade na qualificação do ambiente construído, articulando os conceitos teóricos estudados aos desafios contemporâneos da produção habitacional.

Resposta esperada:

A qualidade das edificações habitacionais depende da integração entre projeto arquitetônico, tecnologia construtiva, condições climáticas e necessidades dos usuários. Nesse sentido, a sustentabilidade na arquitetura não se limita à incorporação de tecnologias eficientes ou à redução do consumo de recursos, mas envolve decisões que considerem as relações entre forma arquitetônica, materiais, sistemas construtivos e contexto de implantação. Gonçalves e Duarte (2008) destacam a importância da integração entre ambiente, projeto e tecnologia, evidenciando a necessidade de incorporar as características ambientais desde as etapas iniciais da concepção arquitetônica.
A adequação climática constitui um aspecto fundamental para proporcionar conforto aos usuários e reduzir o consumo de energia. Estratégias como orientação solar, ventilação natural, sombreamento, dimensionamento das aberturas e seleção de materiais compatíveis com o clima local podem contribuir para melhorar as condições de habitabilidade e diminuir a dependência de sistemas artificiais de climatização e iluminação. Nesse contexto, Araújo e Bittencourt (2022) discutem a relação entre as dimensões das janelas, a iluminação natural e a eficiência energética em edificações situadas no trópico úmido, demonstrando a importância de compatibilizar as aberturas com as condições climáticas. Essas decisões, contudo, exigem análise integrada, pois soluções favoráveis à iluminação natural podem aumentar os ganhos térmicos, enquanto determinadas configurações podem comprometer a ventilação ou o isolamento acústico.
A padronização construtiva, embora favoreça a racionalização dos processos de produção e a redução de custos, apresenta limitações quando desconsidera as especificidades climáticas, ambientais e socioculturais dos locais de implantação. A repetição de tipologias não garante, por si só, condições satisfatórias de conforto térmico, lumínico e acústico. A ausência de sombreamento, a inadequação das aberturas, a escolha de materiais pouco apropriados e a implantação inadequada dos edifícios podem ocasionar sobreaquecimento, iluminação insuficiente e exposição excessiva aos ruídos externos. Por isso, a racionalização da produção habitacional deve ser conciliada com a adaptação das soluções construtivas ao contexto local e às necessidades dos moradores, evitando que a redução dos custos iniciais resulte em desconforto e maiores despesas durante a utilização das edificações.
Nesse processo, os requisitos técnicos constituem instrumentos importantes para a qualificação da habitação. A ABNT NBR 15575-1:2024 estabelece requisitos gerais de desempenho para edificações habitacionais, contribuindo para orientar a avaliação de aspectos relacionados à segurança, à habitabilidade e à durabilidade, em articulação com as demais partes da norma. Entretanto, o atendimento aos parâmetros normativos não substitui a necessidade de uma concepção arquitetônica adequada. A qualidade final depende da interação entre os sistemas e componentes da edificação, das condições de exposição e das formas de utilização, exigindo que as decisões projetuais considerem o comportamento do conjunto.
A sustentabilidade habitacional também precisa ser compreendida diante dos desafios das mudanças climáticas. O relatório de síntese do IPCC (2023) evidencia a necessidade de

adaptação e redução das vulnerabilidades associadas aos riscos climáticos. Na arquitetura, essa perspectiva reforça a importância de soluções que favoreçam a adequação às condições ambientais, como estratégias passivas de climatização, escolha apropriada de materiais, aproveitamento dos recursos naturais e redução da dependência de equipamentos mecânicos. A resiliência está relacionada à capacidade de manter condições adequadas de habitabilidade diante de situações adversas, considerando a durabilidade das construções e as condições socioeconômicas dos moradores.

A dimensão acústica também integra a qualidade habitacional e deve ser considerada desde o planejamento da implantação dos edifícios. Alves (2013), ao abordar o estudo de impacto de vizinhança na área de emissões sonoras, contribui para compreender a influência das fontes de ruído e seus efeitos sobre o entorno. A proximidade de vias de tráfego, a organização dos espaços urbanos e as características construtivas das edificações interferem na exposição sonora dos moradores. Assim, a obtenção de condições acústicas adequadas requer articulação entre planejamento urbano, implantação arquitetônica e soluções construtivas, não podendo ser atribuída exclusivamente aos materiais de vedação.

Portanto, a promoção da qualidade e da resiliência habitacional exige a articulação entre conhecimento teórico, concepção arquitetônica, tecnologia construtiva e requisitos técnicos. A sustentabilidade deve orientar as decisões de projeto, considerando as características climáticas e territoriais, os recursos disponíveis e as necessidades dos usuários. A padronização pode contribuir para a racionalização da produção, desde que permita adaptações às condições locais e não comprometa a habitabilidade. Dessa forma, a integração entre arquitetura, conforto ambiental e tecnologia construtiva favorece edificações mais eficientes, duráveis e adequadas às condições de vida de seus ocupantes.

NOTA MÁXIMA NO MEC
UFMS É 10!!!
sei! assinatura eletrônica

Documento assinado eletronicamente por **Julio Cesar Botega do Carmo**, **Coordenador(a) de Curso de Pós-graduação**, em 12/11/2026, às 18:42, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6802769** e o código CRC **96987C00**.